



EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL COCEL N.º 008/2017

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, por intermédio de seu Diretor Administrativo, Sr. **Nelson Chagas**, torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei n.º **10.520**, de 17/07/2002, pelo Decreto n.º **3.555**, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos **3.693**, de 20/12/2000 e pelo Decreto **3.784**, de 06/04/2001, e subsidiariamente pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, observando-se, ainda, a Lei Complementar n.º **123**, de 15/12/2006 e alterações, realizará **PREGÃO PRESENCIAL COCEL de n.º 008/2017** do tipo "MENOR PREÇO", para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de diagnóstico energético, especificação de equipamentos, medição & verificação, treinamento e relatório final, a ser executado conforme informações fornecidas do Projeto de Eficiência Energética para a COCEL - Companhia Campolarguense de Energia, em conformidade com as descrições e características constantes do ANEXO I do presente Edital.

1 – DA ABERTURA

1.1 A Abertura do presente Pregão dar-se-á em sessão pública, a ser realizada no dia e local indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital:

DATA DA ABERTURA: 06/04/2017

HORA: 09:00 HORAS

LOCAL: SALA DE REUNIÃO DA COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA- COCEL - RUA RUI BARBOSA, 520, CENTRO, CAMPO LARGO – PR.

1.2 Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

1.3 Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

1.4 Não será aceito protocolo de solicitação de expedição de documentos e certidões, para entrega em substituição aos documentos requeridos para a habilitação no presente Edital.



1.5 Será comunicado por escrito às empresas que retirarem o Edital, e divulgado aos demais, pelos mesmos meios de divulgação inicial, qualquer alteração que importe em modificação de seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos.

1.6 Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes de Documentação Complementar e Propostas fora do prazo estabelecido neste Edital, excetuadas as permissões legais.

1.7 Declarada a abertura da sessão pelo(a) Pregoeiro(a), não mais serão admitidos novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes. Serão abertos os envelopes 1, que contém as "Propostas de Preços", sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

2 – DO OBJETO

Constitui objeto do presente pregão a contratação de empresa especializada para a elaboração de diagnóstico energético para efficientização do Sistema de Iluminação Pública do Município de Campo Largo – PR (anel central da cidade e nas duas principais vias de acesso ao município), conforme Resolução Normativa nº 556/2013 e Procedimentos do Programa de Eficiência Energética PROPEE da ANEEL, especificação de equipamentos, medição & verificação, treinamento e relatório final, conforme indicado no anexo I deste Edital.

2.1 Os recursos destinados a esta licitação estão previstos no Orçamento anual do exercício de 2017.

Item orçamentário	Conta Contábil	ODS
14956	179	981171

3 – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1 Os serviços, objeto deste **Pregão**, deverão ser prestados na cidade de Campo Largo, devendo o projeto ser entregue em nossa Sede, localizada na Rua Rui Barbosa, n.º 520, Bairro Centro – Campo Largo – PR, local onde a contratada deverá comparecer sempre que solicitado pela Cocal.

4 – DA PARTICIPAÇÃO

4.1 Somente poderão participar do presente Pregão Presencial as empresas regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

4.2 Não poderão participar deste pregão os que se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação, que estejam cumprindo



suspensão temporária de participação em licitação ou impedidos de contratar com a **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, ou que tenham sido declarados inidôneos para contratar com a Administração Pública conforme previsto nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93.

4.3 Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

4.4 De acordo com o estabelecido no inciso III, do artigo 9º, da Lei 8.666/93, não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente licitação qualquer pessoa que mantenha vínculo empregatício perante a **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL**, bem como proponentes que possuam empregados da **COCEL** no seu quadro de pessoal, inclusive na condição de dirigente ou sócio.

4.5 Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante para o mesmo lote.

5 – DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO

5.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço discriminado no subitem **19.14** deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição até o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.2 Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.3 A COCEL informará acerca dos esclarecimentos a todos os proponentes que tenham retirado o presente edital, à pessoa e endereço indicados pelo interessado por ocasião de sua retirada, disponibilizando-os, na Internet, no site www.cocel.com.br.

6 – DO CREDENCIAMENTO

6.1 Às empresas que participarem do presente Pregão, será permitido apenas 01 (um) representante legal para cada lote, que será o único admitido a intervir em nome da mesma, devendo se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, no horário determinado. Devidamente munido de documento que o credencie (modelo anexo IV) a participar deste procedimento licitatório, sendo que no ato da entrega dos envelopes, deverá identificar-se exibindo a Carteira de identidade ou outro documento equivalente, e ainda, efetuar a entrega da **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**, previstos no inciso VII do artigo 4º, da Lei 10.520/02, conforme (modelo anexo II).



6.2 Por credenciais entendem-se:

- a) Habilitação do representante, mediante instrumento público de procuração, preferencialmente, ou instrumento particular com firma reconhecida, na forma do Código Civil, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhada de cópia do ato (Contrato Social) de investidura do outorgante, no qual se declare, expressamente, ter poderes para a outorga (modelo anexo IV).
- b) Caso seja sócio ou titular da empresa, apresentar documentos que comprovem sua capacidade de representar a mesma, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. (Contrato Social ou Estatuto).

6.3 Estes documentos deverão ser apresentados ao Pregoeiro no início dos trabalhos, antes da abertura dos envelopes contendo Proposta e Documentação. Poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas, ou por cópia não autenticada, desde que seja exibido o original, para confirmação pelo pregoeiro da COCEL, ou por publicações em órgãos da Imprensa Oficial, e serão recebidos condicionalmente pelo pregoeiro que se julgar necessário, verificará a sua autenticidade e veracidade.

6.4 A não apresentação, incorreção do documento de credenciamento ou ausência do representante, não importará na desclassificação da sua proposta no presente certame. Contudo, o proponente não poderá apresentar lances verbais, e nem fazer qualquer manifestação em nome da mesma na sessão de pregão.

7 – DOS ENVELOPES

7.1 Os envelopes com a “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO”, deverão ser entregues ao Pregoeiro da COCEL, até a data, e horário estabelecidos no item I deste Edital, fechados por cola ou lacre, com as seguintes indicações:

a) ENVELOPE DE PROPOSTA:

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

Endereço: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR – CEP 83601-140

PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 008/2017

Data de abertura: 06/04/2017

Horário de abertura: 09:00 horas

Conteúdo: Proposta de Preços/Envelope n.º 01

Proponente:



CNPJ. Nº:

b) ENVELOPE PARA HABILITAÇÃO:

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

Endereço: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR – CEP 83601-140

PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 008/2017

Data de abertura: 06/04/2017

Horário de abertura: 09:00 horas

Conteúdo: Documentos para Habilitação/Envelope n.º 02

Proponente:

CNPJ. Nº:

7.2 O nº do CNPJ informado na parte externa do envelope, servirá de base para consulta “on line” ao cadastramento da COCEL.

7.3 Juntamente com os envelopes de proposta e documentação, deverá ser entregue ao Pregoeiro, **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**, sem a qual ficará a empresa interessada impedida de participar do certame.

7.4 As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123/06, de 14 de dezembro de 2006, deverão comprovar sua condição através da apresentação de **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme (modelo anexo V), a qual deverá ser entregue ao pregoeiro juntamente com os documentos descritos no item **7.3** do Edital.

8 – DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE N.º 1)

8.1 O envelope “PROPOSTA DE PREÇO” deverá conter a proposta do proponente, a qual deverá ser apresentada conforme modelo de proposta que integra o Anexo VI do presente Edital, observando-se as seguintes disposições:

a) Ser apresentada em uma via, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, em papel timbrado do proponente ou identificada com o n.º do **CNPJ**, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo suas folhas ser numeradas e rubricadas e a última assinada por seu representante legal;

b) Os preços propostos deverão ser expressos em Real (R\$), em algarismos e por extenso, devendo ser apresentado o valor unitário e o valor total de cada lote, não se admitindo cotação em moeda estrangeira;



c) No(s) preço(s) proposto(s) e nos lances que oferecer, já deverá estar incluído todos os custos necessários para o fornecimento do(s) objeto(s) da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, diárias, deslocamento, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado;

d) Conter prazo de validade de 60 (sessenta) dias, no mínimo, contados a partir da data da abertura da proposta;

e) O preço total deverá compreender todos os ônus como impostos, taxas, e obrigações concernentes à legislação trabalhista, deslocamento, estadias, refeição e outros. A não indicação de qualquer tributo, ou despesas, significará que o preço proposto já os inclui, e não será objeto de nenhuma indagação;

f) O preço total, em moeda corrente nacional, é o preço fixo e irrevogável, pelo qual a empresa se compromete a executar o objeto deste Edital;

g) Serão classificadas as propostas que apresentarem preço(s) unitário igual(is) ou inferior(es) ao(s) preço(s) máximo descrito(s) no Anexo I do presente Edital.

8.2 Apenas para efeito de ordenamento de valores das propostas, ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.

8.3 Os preços iniciais propostos serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9 – DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE N.º 2)

9.1 Do envelope n.º 02 – “DA HABILITAÇÃO”, deverão constar os seguintes documentos, válidos na data de abertura desta licitação:

9.1.1 - Para comprovação da habilitação jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo em vigor, Estatuto e Ata de Assembleia Geral e respectivas alterações, devidamente registrados, no caso de sociedades por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) ato constitutivo em vigor, Contrato Social e respectivas alterações, devidamente registrados, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada;
- d) inscrição do ato constitutivo em vigor, Estatuto e Ata de Assembleia Geral ou Contrato Social, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;



- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- f) declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores), nos termos da Lei n.º 9.854, de 27/10/99 (modelo Anexo III);
- g) Microempresa e ou Empresa de Pequeno Porte, se optar em usufruir dos benefícios da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, deverá apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial ou Prova da inscrição no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional, que comprove a condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Em se tratando de sociedade simples, o documento á comprovar a condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) deve ser expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

9.1.2 - Para comprovação da regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto a ser cotado pelo proponente;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, inclusive a relativa à Seguridade Social, expedido pela Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei, ou CND da UNIÃO e SEGURIDADE SOCIAL;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) **prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.**

9.1.3 - Para comprovação da qualificação técnica:



a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, devidamente registrado(s) e acervado(s) no CREA, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado. O atestado de capacidade técnica deverá explicitar que a empresa licitante possui experiência em elaboração de Projetos no âmbito do “Programa de Eficiência Energética PEE” e experiência em medição e avaliação de resultados para Eficientização Energética, conforme Resolução normativa ANEEL nº 300/2008. Referido atestado deverá conter o nome, qualificação completa, endereço, telefone e fax do atestante.

b) Declaração expressa da empresa licitante, conforme Anexo VII do presente Edital, que, caso seja vencedora desta licitação, no ato da assinatura do contrato contará em seu quadro de pessoal com, no mínimo, 01 (um) profissional com certificação CMVP (Certified Measurement and Verification Professional) emitida pela EVO (Efficiency Valuation Organization), profissional este que será o responsável pela emissão do plano de medição e verificação e do relatório de medição e verificação. A comprovação de vínculo do profissional dar-se-á mediante apresentação de Contrato Social ou Carteira Profissional ou Contrato de prestação de serviço específico para o objeto da licitação. A comprovação da certificação CMVP dar-se-á mediante apresentação do certificado CMVP pela EVO.

9.1.4 Para a comprovação da qualificação econômico-financeira:

a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis, já exigíveis, referentes ao último exercício social, assinados pelos administradores da empresa e por contabilista legalmente habilitados, observadas as seguintes determinações:

- No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada da publicação do Balanço em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede do licitante;
- Para as demais formas societárias, o balanço patrimonial deverá ser acompanhado dos termos de abertura e de fechamento do Livro Diário, devidamente registrados, ou autenticação eletrônica;
- Para microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no SIMPLES, a exigência pertinente a balanço patrimonial será atendida mediante a apresentação do resumo de suas demonstrações contábeis, e
- Tratando-se de empresa constituída no corrente exercício, ou que não completaram seu primeiro exercício social, poderá apresentar o balancete referente ao mês imediatamente anterior à data de publicação do Edital, obedecido os aspectos legais e formais de sua elaboração;

b) certidão negativa dos cartórios de registro de falências do local da sede do proponente.



9.1.5 O Certificado de Registro Cadastral, fornecido pela **COCEL**, válido na data de abertura desta licitação, substituirá a apresentação dos documentos exigidos nos itens: - **9.1.1** nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f"; - **9.1.2** nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g"; - **9.1.3** na alínea "a"; - **9.1.4** nas alíneas "a" e "b". Os proponentes ficam obrigados a apresentar, na fase de habilitação do procedimento licitatório, os documentos válidos em substituição àqueles que estejam vencidos e que deram origem à emissão do Certificado de Registro Cadastral da **COCEL** (CRC). O Certificado de Registro Cadastral da **COCEL** (CRC) da matriz não dispensa as filiais da apresentação de CRC próprio.

Para os documentos sem data de validade será considerado prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua emissão (atestados de fornecimento/serviço continuam sem data de vencimento/expiração, a menos que esteja determinado em seu texto).

9.1.6 Os documentos necessários à habilitação do proponente deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por cópia não autenticada, desde que seja exibido o original, para confirmação e autenticação por parte do(a) PREGOEIRO(A)/EQUIPE DE APOIO, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

9.1.7 As empresas que não apresentarem todos os documentos exigidos, ou apresentarem incompletos, incorretos, serão consideradas inabilitadas.

9.1.8 As microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição:

a) Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial será contado do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



10 – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

10.1 No dia, hora e local designado neste Edital, na presença dos representantes dos proponentes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o(a) PREGOEIRO(A) receberá dos representantes credenciados a **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**, as microempresas ou empresas de pequeno porte, que optarem em utilizar os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar a **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, e, em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, as propostas de preços e a documentação exigida para habilitação das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes.

10.2 Quando os envelopes forem enviados pelo Correio ou outro meio que não seja o seu representante legal, as empresas interessadas em participar do certame licitatório, deverão enviar além dos envelopes citados no item 7.1, outro envelope contendo a **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**, previsto no inciso VII do artigo 4º, da Lei 10.520/02, entregue de acordo com o horário estabelecido neste Edital, para abertura da licitação, sob pena de estar impedido de participar do certame licitatório.

10.3 Declarada aberta a sessão pelo(a) Pregoeiro(a), não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início aos trabalhos do pregão.

10.4 Primeiramente serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, sendo verificada sua conformidade e posterior rubrica.

10.5 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

10.6 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

10.7 Os envelopes contendo documentos de habilitação, que não forem abertos durante o certame, serão disponibilizados, fechados, aos respectivos proponentes, após a formalização da contratação.

11 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1 Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, apresente vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes, assim como, a que não se encontre em conformidade com os requisitos estabelecidos no presente Edital.



11.2 O(A) PREGOEIRO(A) informará aos participantes presentes quais proponentes apresentaram propostas de preço para fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos valores apresentados.

11.3 Serão classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), o proponente que apresentar a proposta de menor preço e as demais cujas propostas estejam com preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, conforme disposto no inciso VIII, do artigo 4º, da Lei nº 10.520/02, para lances verbais.

11.3.3 Caso não haja, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até que haja no máximo 03 (três), quaisquer que sejam os preços ofertados, conforme disposto no inciso IX, da Lei nº 10.520/02.

11.4 Os proponentes classificados conforme estabelecido no subitem 11.3 ou 11.3.1, será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes em relação ao menor lance oferecido pelos demais licitantes.

11.5 O(A) Pregoeiro(a) convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e, as demais, em ordem decrescente de valor.

11.6 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará na exclusão do proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo mesmo, para efeito de classificação final das propostas para o item em disputa.

11.7 Caso não mais se realize lance verbal, será encerrado a etapa competitiva e classificadas as ofertas, a partir da proposta de menor preço.

11.8 O(A) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do preço ofertado da primeira classificada, procedendo a negociação, se for o caso, e decidindo motivadamente a respeito.

11.9 Será dado o direito de preferência para MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE, para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, desde que seu último lance esteja no intervalo de 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, conforme determina o art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06.

11.10 Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da proponente que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

11.11 Constatado o atendimento pleno das exigências do Edital, o Sr.(ª) Pregoeiro(a) declarará a vencedora, podendo ser adjudicado o objeto da presente licitação.



11.12 Se o proponente desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda essas condições, sendo a respectiva declarada vencedora, e a ela adjudicado o objeto do certame.

11.13 O(A) pregoeiro(a) deverá negociar diretamente com o proponente, quando o preço não for aceitável, para que seja obtido preço melhor, nas situações previstas nos subitens 11.8, 11.9 e 11.11.

11.14 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a), pela Equipe de Apoio e pelos representantes dos proponentes presentes. Os envelopes das demais proponentes ficarão de posse da COCEL, que os devolverá após atendimento do objeto licitado, ou os incinerará caso não seja retirado no prazo de 30 dias, após resultado final do pregão.

11.15 Em caso de divergência entre informações contidas em catálogos ou impressos explicativos e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão às primeiras.

11.16 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente as penalidades cabíveis.

11.17 O proponente vencedor deverá apresentar, em até 03 (três) dias úteis após o comunicado da aprovação da habilitação, a PROPOSTA COMERCIAL redigida em português, assinada pelo seu representante legal, devidamente identificado, com os respectivos valores ajustados ao valor adjudicado (menor preço) na sessão pública do Pregão, em papel timbrado ou personalizado, contendo razão social completa do proponente, endereço, telefone, fax e e-mail da empresa, no seguinte endereço:

• SALA DA DIVISÃO DE LOGÍSTICA E COMPRA DA COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL - RUA RUI BARBOSA, 520, CENTRO, CAMPO LARGO – PR.

11.18 Após a adjudicação pelo(a) Pregoeiro(a), do objeto da licitação, o processo será encaminhado devidamente instruído, para homologação pelo Diretor Administrativo da COCEL.

12 – DAS CONDIÇÕES GERAIS A SEREM ATENDIDAS



12.1 A empresa CONTRATADA fica obrigada ao cumprimento, dentre outros, dos itens constantes das cláusulas da Minuta de Contrato em anexo e especificações contidas no Anexo I do presente Edital.

13 – DO CONTRATO

13.1 Será firmado contrato entre a COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL, e a empresa vencedora, conforme minuta anexa a este Edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da intimação para assinatura do mesmo, relativo ao fornecimento do objeto deste Edital.

13.2 Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo proponente vencedor que tenham servido de base para a presente licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

13.3 O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campo Largo.

13.4 Caso o proponente selecionado venha a desistir da assinatura do Contrato, hipótese prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93, a COCEL reserva-se no direito de aplicar, no que couber, as sanções previstas no art. 87 da mencionada lei.

14 – DA EXECUÇÃO

14.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da COCEL, especialmente designado pelo Diretor Presidente.

14.2 A fiscalização será exercida no interesse da COCEL e não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

14.3 A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário sobre o objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

15 – PRAZO, CONDIÇÃO DE PAGAMENTO E VALIDADE DA PROPOSTA

15.1 O prazo para a elaboração do diagnóstico energético é de 30 dias, a contar da data da assinatura do contrato. O projeto será submetido à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, constituindo obrigação da Contratada promover as alterações/complementações solicitadas por referida agência reguladora até final aprovação do projeto realizado. Os demais serviços, objeto da presente licitação, deverão ser realizados de acordo com o cronograma do diagnóstico aprovado pela ANEEL, ficando estabelecido desde logo que o prazo final para a conclusão dos serviços é 31/01/2018.



15.2 O pagamento pelo objeto da presente licitação será realizado em 04 (quatro) parcelas, conforme descrito no Anexo I do presente Edital, e somente após a apresentação na sede da COCEL das faturas a serem emitidas pelo contratado(a).

15.3 Em caso de qualquer obstáculo para execução de alguma das etapas desta contratação, poderá ser prorrogado por um período máximo de 90 dias.

15.4 O(a) licitante vencedor(a) será responsável pela execução do objeto desta licitação, pelo preço, prazo e condições apresentadas.

15.5 O CNPJ constante da Nota Fiscal/Recibo deverá ser o mesmo constante da Proposta, bem como o indicado para consulta durante a fase de habilitação.

15.7 O prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias contados de sua apresentação.

16 – DAS SANÇÕES

16.1 O proponente que ensejar o retardamento dos trabalhos do certame licitatório, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a COCEL, pelo prazo de 02 (dois) anos, ou pelo prazo que permanecerem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2 Pelo atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto contratado, erro, imperfeição, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a empresa Adjudicatária estará sujeita, segundo a extensão da falta cometida, às sanções previstas no artigo 86 e 97, da Lei 8.666/93 e da Lei 10.520/02, garantida prévia defesa.

- Advertência;
- Multa(s), que deverá(ão) ser paga(s) a COCEL, ou descontadas de valores a receber, de acordo com informações fornecidas pela Administração:
 - a) De 0,2% (dois décimos por cento) no valor do Contrato ou da parte não entregue por dia de atraso, pelo descumprimento dos prazos de entrega dos objetos previstos neste Edital, limitada a 6% (seis por cento);
 - b) De 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do contrato.
- Ficar impedido de participar em licitação e de contratar com a COCEL, por prazo de 02 (anos) anos, com base na Lei 10.520/02 e Decreto 3.555/00.



- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a sanção, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

16.3 Poderá ainda ser aplicada a multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou da parte correspondente à parcela que estiver em inadimplemento.

16.4 No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

16.5 Se o valor da penalidade não for pago administrativamente, será cobrado judicialmente.

17 – DOS RECURSOS

17.1 Ao final da sessão, qualquer proponente poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais proponentes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

17.2 A falta de manifestação imediata e motivada do proponente importará a decadência do direito de recurso.

17.3 Em caso de recurso o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a adjudicação do objeto ao vencedor, até a decisão de mérito do recurso.

17.4 O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

17.5 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6 A manifestação do recurso deverá ser feita na própria sessão do pregão e será reduzida a termo em ata.

17.7 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) Pregoeiro(a) adjudicará a licitação ao(s) vencedor(es) e encaminhará o processo para homologação da autoridade superior.

17.8 Dos atos da Administração após a celebração do Contrato, decorrente da aplicação da Lei nº 8.666/93, caberá:

- Recurso dirigido ao Diretor Presidente da COCEL, interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolado no endereço referido no subitem 19.14 deste Edital, nos casos de:
 - a) Anulação ou revogação da licitação;



- b) Rescisão do Contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666/93;
- c) Aplicação das sanções de advertência, multa ou suspensão temporária.
- Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação de decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

17.9 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de recurso, sob pena de responsabilidade (§ 4º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93).

18 – DA INDICAÇÃO DO(A) PREGOEIRO(A) E EQUIPE DE APOIO

18.1 O **Pregoeiro** responsável pelo presente Pregão Presencial será o **Sr. Antonio Grochoski**, designado pela Portaria n.º 04/2017, de 09/01/2017, e **equipe de apoio**, pela Srª. Simone de F. Camillo.

18.2 Na ausência do(a) Pregoeiro(a) responsável, o presente pregão será conduzido e julgado por um dos pregoeiros designados pela Portaria n.º 04/2017, de 09/01/2017.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta do proponente vencedor, serão partes integrantes do instrumento contratual, independentemente de transcrição.

19.2 Caberá ao(a) Pregoeiro(a) definir o tempo de que dispõem os licitantes para oferecerem seus lances verbais.

19.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.4 Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação exigida pelo presente Edital, cujo desconhecimento não poderá alegar.

19.5 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

19.6 O Diretor Presidente da COCEL poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.7 Os recursos ou impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.



19.8 É facultada ao(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

19.10 As normas que disciplinam este pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público e a segurança jurídica da contratação.

19.11 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.12 Será competente o Foro da Comarca de Campo Largo, para solução das questões oriundas do presente Edital.

19.13 Os participantes da presente licitação autorizam a filmagem e gravação dos trabalhos desenvolvidos durante a presente seção.

19.14 Quaisquer dúvidas existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Pregoeiro da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL, na Rua Rui Barbosa, nº 520, em Campo Largo, Paraná, até 02 (dois) dias anteriores à data de abertura da licitação, as quais serão respondidas, igualmente por escrito, por meio de circular encaminhada a todos os interessados. Demais informações poderão ser obtidas através do email **grochoski@cocel.com.br** ou pelos telefones (041) 2169-2114 e 2169-2122.

19.15 Cópias do Edital e seus anexos serão entregues no endereço citado anteriormente, nos horários de 8:30 às 11:30 e de 13:30 às 16:30 horas, ou podendo ser retirado no site www.cocel.com.br.

19.16 A adjudicação do resultado desta licitação não implica em direito à obrigatoriedade de ser adquirido o objeto pretendido.

19.17 Aos casos omissos aplicam-se as demais disposições da Lei nº 8.666/93 e na legislação vigente.

19.18 Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo de Declaração de Idoneidade, de cumprimento dos requisitos de habilitação, e de inexistência de fato impeditivo;
- Anexo III - Modelo de Declaração de Observância ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;



- Anexo IV – Modelo de procuração de representante legal para credenciamento;
- Anexo V – Declaração de Microempresa e ou Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VI – Modelo para apresentação da Proposta;
- Anexo VII – Modelo de Declaração CMVP;
- Anexo VIII - Minuta de Contrato.

Campo Largo, 22 de março de 2017.

Nelson Chagas
Diretor Administrativo

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

LOTE ÚNICO - Constitui objeto do Pregão Presencial n.º **008/2017**, a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de diagnóstico energético para efficientização do Sistema de Iluminação Pública do Município de Campo Largo – PR (anel central da cidade e também nas duas principais vias de acesso ao município - vide quadro abaixo), especificação de equipamentos, medição & verificação, treinamento e relatório final, a ser executado conforme Resolução ANEEL nº 556/2013 e Procedimentos do Programa de Eficiência Energética - PROPEE o qual deverá apresentar, obrigatoriamente, as seguintes quantidades e características mínimas:

	Ruas	Tipo da Iluminação			
		100 W Sódio	250 W Sódio	400 W Sódio	Republicano 2 X 250 Metálico
Natal Pigatto	Av. Padre Natal Pigatto	72	7	85	
Ema Tanner	Rua Ema Tanner de Andrade		69		
Clotário Portugal	Av. Clotário Portugal		14	17	
Anel Central	Rua Xavier da Silva			36	
	Rua Aloísio Domanski		7	2	
	Rua Benedito Soares Pinto		4	27	
	Av. Centenário		4	28	
	Rua XV de Novembro			21	18
	Rua Marechal Deodoro			29	
	Rua João Batista Valões		5	8	
	Rua Domingos Cordeiro		5	8	
	Rua Gonçalves Dias		5	8	
	Rua Rui Barbosa		4	9	
	Rua Oswaldo Cruz		4	9	
	Rua Dom Pedro II		5	10	
	Rua Sete de Setembro			7	
	Av. Clotário Portugal			4	
	Rua Barão do Rio Branco		5	9	
	Rua Eng. Tourinho		7	6	
	Total Anel Central	0	55	221	18
Total Geral		72	145	323	18

Observações

- 1) As luminárias com lâmpadas de 100 W sódio possuem braço curto (1 m)**
- 2) As luminárias com lâmpadas de 250 W sódio possuem braço longo (3 m)**



3) Todo o Anel Central deverá ser padronizado com o mesmo tipo de lâmpada. Portanto, as luminárias que substituirão aquelas que possuem as lâmpadas de 400 W deverão ser aplicadas nas luminárias que possuem lâmpadas de 250 W

ESCOPO:

O objetivo do PEE é promover o uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia por meio de projetos que demonstrem a importância e a viabilidade econômica de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia. As distribuidoras do Sistema Elétrico Nacional possuem a obrigatoriedade de aplicar anualmente um percentual mínimo de sua receita operacional líquida em programas e projetos de Eficiência Energética de energia (lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e alterada, posteriormente, pelo art. 24 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, art. 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, art. 1º da Lei nº 11.465, de 28 de março de 2007 e Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009 e Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e mais recentemente através da Resolução Normativa 556/2013). O princípio econômico recursos escassos X necessidades ilimitadas, evidenciam a necessidade de investimentos em projetos de eficiência energética, em particular nos sistemas de iluminação pública das cidades, os projetos de racionalização representam uma nova atitude, uma forma de usufruir de tudo o que a energia elétrica pode proporcionar, suprimindo desperdícios, postergando assim obras de expansão do sistema elétrico. Visando o aproveitamento dos recursos do Programa de Eficiência Energética na troca de equipamentos de uso final Iluminação Pública, em atendimento ao Módulo 4, seção 4.1 item 11 do PROPEE, cujo objetivo é apoiar as prefeituras municipais na melhoria da eficiência energética dos sistemas de iluminação pública, a Cotel objetiva por meio deste a contratação de empresa especializada para realização de diagnóstico energético, especificação de equipamentos, medição & verificação, treinamento de Eficiência Energética e emissão de relatório final conforme modelo da ANEEL. A ação deste projeto se dará por meio da substituição das lâmpadas e equipamentos por tecnologias mais eficientes, podendo envolver também a troca de luminárias, fiação, braços, postes e demais elementos de fixação no anel central da cidade de Campo Largo e também nas duas principais vias de acesso ao município. A regra legal impõe à Administração Pública que suas contratações decorram de processos licitatórios com o fim de assegurar o cumprimento dos princípios e normas inerentes à atuação administrativa, bem como, de resguardar o interesse público, mas também possibilita a empresa de solicitar comprovação de experiências anteriores semelhantes ao objeto licitado.

A contratação ora objetivada consistirá na prestação dos seguintes serviços:



Diagnóstico energético – elaboração de projeto, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a. Apresentação das características físicas, históricas e de uso do local pertencente ao diagnóstico energético, descrevendo o tipo de iluminação que se refere, bem como o horário de funcionamento;
- b. Apresentação da empresa realizadora do projeto e da COCEL.
- c. Apresentação dos objetivos do diagnóstico energético;
- d. Apresentação da localização dos pontos de iluminação pública que serão eficientizados, identificando os nomes das vias públicas e praças.
- e. Apresentação da avaliação das instalações físicas e dos procedimentos operacionais com foco no consumo de energia elétrica;
- f. Apresentação da análise das possíveis oportunidades de economia de energia para iluminação, descrevendo a situação atual e a proposta;
- g. Apresentação da avaliação da economia de energia e redução de demanda na ponta com base nas ações de eficiência energética identificadas. Realizar a avaliação *ex ante* preliminar, ou seja, calcular a relação custo-benefício (RCB) do projeto com base na avaliação realizada, de acordo com a metodologia estabelecida pela ANEEL;
- h. Apresentação da estratégia de M&V;
- i. Apresentação de cronograma das etapas necessárias para a execução do projeto de eficiência energética;
- j. Apresentação da proposta de ações de marketing;
- k. Apresentação da proposta de ações de treinamento e capacitação;
- l. Apresentação da proposta do serviço de troca de equipamentos;
- m. Apresentação da proposta de descarte dos materiais e equipamentos substituídos;
- n. Apresentação dos custos para realização do diagnóstico energético;

Assessoramento na descrição dos equipamentos – prestação de serviços de assessoria para perfeita caracterização dos equipamentos a serem adquiridos pela distribuidora, de forma a atender o contido no diagnóstico aprovado na agência reguladora Aneel.

Medição e verificação - M&V é o processo de utilização de medições para determinar corretamente a economia dentro de uma instalação individual por um programa de gestão de energia. A economia não pode ser medida diretamente, uma vez que representa a



ausência do consumo de energia. Em vez disso, a economia é determinada comparando o consumo medido antes e após a implementação de um projeto, efetuando-se os ajustes adequados para as alterações nas condições de uso da energia (EVO, 2012).

O relatório de M&V deverá ser confeccionado após a realização das medições dos equipamentos propostos e o tratamento dos dados, e seguirá os procedimentos estabelecidos na estratégia de M&V consolidada e no plano de M&V, contendo uma análise completa dos dados observando as seguintes questões:

- a) Observação dos dados durante o período de determinação da economia.
- b) Descrição e justificação de quaisquer correções feitas aos dados observados.
- c) Para a opção A deverão ser apresentados os valores estimados acordados.
- d) Todos os pormenores de qualquer ajuste não periódico da linha de base efetuado.
- e) A economia calculada em unidades de energia e monetárias (conforme definição da ANEEL, as economias deverão ser valoradas sob os pontos de vista do sistema elétrico e do consumidor).
- f) Justificativas, caso sejam observados desvios em relação à avaliação *ex ante*.
- g) Avaliação *ex post* que é o relatório final do projeto que será encaminhado para a ANEEL, comprovando os resultados estimados na proposta de projeto, após a conclusão das ações de eficiência energética.

Treinamento: As ações de treinamento e capacitação visam estimular e consolidar as práticas de eficiência energética nas instalações onde foram realizados projetos do Programa de Eficiência Energética - PEE, bem como difundir os seus conceitos, contribuindo com a perenidade das ações de eficiência energética realizadas.

Todas as ações de treinamento e capacitação devem seguir as regras estabelecidas pelos Procedimentos do Programa de Eficiência Energética - PROPEE, observando especialmente o disposto no Módulo 4 - Tipologias de Projeto, Seção 4.3 - Outras Ações Integrantes de Projeto, Item 3 - Treinamento e Capacitação. As ações de treinamento e capacitação deverão conter:

- Conteúdo programático.
- Instrutor (apresentação de um breve currículo do instrutor ou, na hipótese da não definição deste, apresentação de um currículo mínimo a ser atendido pelo instrutor).
- Carga horária.
- Cronograma.
- Local previsto de realização.



- Aplicação de pesquisa de satisfação ao final do treinamento.

Conteúdo Programático Mínimo	Conteúdo
1	Objetivos do Programa de Eficiência Energética, executado pela COCEL DIS e regulado pela ANEEL (observar uso das logomarcas)
2	Objetivos do projeto de eficiência energética a ser executado.
3	Dicas de economia no ambiente de trabalho.
4	Iluminação Pública.

Relatório final: Deverá ser elaborado pela contratada e apresentado à distribuidora, após a conclusão do projeto, contendo as informações necessárias para a devida prestação de contas para a ANEEL.

O Relatório Final deverá conter os seguintes arquivos:

- a. Arquivo XML de Relatório Final de Projeto;
- b. Arquivo PDF de Relatório Final de Projeto;
- c. Arquivo PDF de Medição e Verificação.

O Arquivo XML de Relatório Final de Projeto deverá conter 3 (três) blocos de informações a respeito do projeto de eficiência energética realizado. O primeiro bloco consistirá nas informações sintéticas do relatório final de projeto, que consiste nos dados gerais do projeto concluído e seus respectivos resultados. O segundo bloco deverá reunir as informações detalhadas do relatório final de projeto, que consiste nos dados específicos relativos aos usos finais e equipamentos envolvidos no projeto e seus respectivos resultados em termos de Energia Economizada (MWh/ano) e Redução de Demanda na Ponta (kW). Por fim, o terceiro bloco deverá reunir as informações de execução financeira do projeto, que consiste nos dados específicos relativos aos custos e desembolsos incorridos no projeto.

O Arquivo PDF de Relatório Final de Projeto deverá conter as seguintes informações:

- a. Identificação: do beneficiado nome, endereço, contato responsável pelas informações, telefone, e-mail;
- b. Sumário executivo das ações de eficiência energética realizadas;
- c. Relação dos equipamentos inefficientes removidos e novos instalados com suas respectivas potências e características técnicas, tempo de utilização por dia e por



ano, horas de utilização na ponta do sistema elétrico, fator de coincidência no horário de ponta e vida útil dos equipamentos;

d. Descrição da efficientização realizada, incluindo quantidades de equipamentos, materiais, tipos, potência, relacionados por localização;

e. Custos contábeis detalhados do projeto;

f. Cálculo da RCB do projeto, do ponto de vista do PEE e do ponto de vista do projeto; conforme quantidades e tipologias efficientizadas, cruzando com as medições realizadas;

g. Comparativo entre as metas previstas nos estudos iniciais e as obtidas;

h. Dados das atividades de Treinamento e Capacitação realizadas: conteúdo programático, instrutor, público-alvo, carga horária, cronograma, local, custos relacionados e resultados das avaliações do aprendizado e do treinamento.

i. Cronograma físico e financeiro do programa de eficiência energética (etapas iniciais, implementação das ações, medição e verificação e relatório executivo final), previsto e realizado;

j. Cópia de toda documentação fiscal envolvida no projeto: compras de materiais, equipamentos, contratação de mão de obra, etc.;

k. Declaração de sucateamento dos equipamentos antigos, emitido pela empresa responsável pelo descarte;

l. Registro fotográfico dos equipamentos ineficientes e eficientes, todos eles com o número de identificação do equipamento. O número de identificação do equipamento deve aparecer em todas as fotos, de forma legível, anotado ou fixado no produto;

m. Cópia do Plano de Medição e Verificação;

n. Cópia do Relatório de Medição e Verificação;

o. Cópia das apostilas e folders utilizados nas ações de treinamento e capacitação;

p. Cópia dos catálogos técnicos dos equipamentos utilizados;

O Arquivo PDF de Medição e Verificação deverá conter os resultados do projeto, obtidos através dos cálculos da etapa medição e verificação.

O Relatório Final será entregue em volume único, em formato pasta tipo fichário, com folhas numeradas, impresso frente e verso em impressora laser colorida. Também será disponibilizada uma cópia em mídia eletrônica desprotegida do Relatório Final.

A mídia eletrônica deverá conter:

a. A mídia impressa em arquivo eletrônico nos formatos .docx e .pdf;

b. As planilhas eletrônicas utilizadas para os cálculos, nos formatos .xlsx e .pdf;

c. As fotografias (com identificação) no formato .jpg;



- d. Relatório modelo ANEEL para carregamento do projeto, contendo todos os dados e informações necessárias ao carregamento do Projeto no SGPEE da Aneel, no formato .xml;
- e. Cópia digital de todo material de marketing do projeto;
- f. Vídeo institucional do projeto no formato .avi (caso disponível);
- g. Cópia digital de todo material de treinamento e capacitação do projeto, no formato .pdf;
- h. Cópia digital dos catálogos técnicos dos equipamentos utilizados, no formato .pdf;
- i. Cópia digital dos certificados de garantia dos equipamentos instalados, no formato .pdf;
- j. Cópia digital da declaração de sucateamento dos equipamentos antigos, emitido pela empresa responsável pelo descarte, no formato.pdf;
- k. Cópia digital de toda documentação legal do programa (relatórios, aprovações, solicitações de repasse, notificações, termo de convênio, aditivos, etc.) no formato.pdf.
- l. Cópia digital de toda documentação fiscal envolvida no projeto (compras de materiais, equipamentos, contratação de mão de obra, etc.) no formato .pdf;
- m. Cópia digital do termo de encerramento do projeto no formato .pdf.

Os trabalhos serão divididos da seguinte forma:

1. Serviço de elaboração de diagnóstico energético:

A elaboração do diagnóstico de efficientização energética deverá atender o Módulo 4, seção 4.1 item 11, troca de equipamentos de uso final Iluminação Pública, cujo objetivo é apoiar as prefeituras municipais na melhoria da eficiência energética dos sistemas de iluminação pública, seguindo orientações da COCEL e estar de acordo com a versão atual do PROPEE para encaminhamento e aprovação pela ANEEL.

Deverá incluir geração de projeto em formato impresso e digital, incluindo memória de cálculo (cálculo de RCB), cronograma físico, cronograma financeiro, relatórios mensais para a ANEEL (até 12 meses), etc.

A empresa contratada ficará responsável por efetuar eventuais alterações no diagnóstico, quando requisitado pela ANEEL, devendo atender todas as determinações da Agência Reguladora, de forma a garantir a final aprovação do projeto.

O diagnóstico deverá ser entregue em forma de relatórios, num total de 03 (três) exemplares impressos em papel A4 e em formato digital ao final de cada etapa.



2. Serviço de seleção de fornecedores e especificação para a aquisição de produtos:

Avaliação de até 05 (cinco) fornecedores para definir a melhor especificação para substituição do modelo de luminária atual, possibilitando, assim, que a COCEL providencie a aquisição do equipamento necessário para a realização do projeto de eficiência energética.

Os serviços de assessoria deverão incluir avaliação das especificações técnicas, comparativo de produtos, estudos luminotécnicos usando software específicos Dialux, etc.

3. Serviço de Medição e Fiscalização:

Serviço de medição conforme PROPEE e PIMVP – EVO, em até 100 pontos de amostragem, dividido em 02 (duas) fases:

Ex ante: medição do sistema atual

Ex Post: medição do sistema proposto

Após a realização do serviço de medição e fiscalização, a empresa contratada deverá elaborar relatório com o resultado final da medição e fiscalização.

4. Serviço de treinamento em eficiência energética:

Prestação de serviços de treinamento em eficiência energética, com duração de 04 (quatro) horas, a ser ministrado por um engenheiro especialista em eficiência energética com a recomendação da ANEEL, para até 50 pessoas, em local a ser disponibilizado pela Cotel.

Treinamento de 02 (duas) horas antes das ações (início do projeto) e 02 (duas) horas depois das ações de eficiência energética (final do projeto).

METODOLOGIA:

Todo o projeto deverá ser realizado sob a forma de consultoria para a Contratante, sob a forma de parceria (responsabilidade e esforços de ambas as partes) para atender a regulamentação do PROPEE – ANEEL (Programa de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica) e o EVO (última versão do Protocolo Internacional de Medição e Verificação).



Relatório final: Deverá ser apresentado à distribuidora, após a conclusão do projeto, contendo as informações necessárias para a devida prestação de contas com a ANEEL.

O Relatório Final irá conter os seguintes arquivos:

- a. Arquivo XML de Relatório Final de Projeto;
- b. Arquivo PDF de Relatório Final de Projeto;
- c. Arquivo PDF de Medição e Verificação.

PRAZO: O prazo para a elaboração do diagnóstico energético é de 30 dias, a contar da data da assinatura do contrato. O projeto será submetido à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, constituindo obrigação da Contratada promover as alterações/complementações solicitadas por referida agência reguladora até final aprovação do projeto realizado. Os demais serviços, objeto da presente licitação, deverão ser realizados de acordo com o cronograma do diagnóstico aprovado pela ANEEL, ficando estabelecido desde logo que o prazo final para a conclusão dos serviços é 31/01/2018.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para a execução dos serviços propostos, a Contratada será responsável por:

- a) Disponibilizar a equipe de consultores e de apoio;
- b) Executar os trabalhos dentro do previsto na proposta;
- c) Dispor de equipamentos e materiais de consumo necessários;
- d) Organizar a logística de viagens, transporte, hospedagem e alimentação de seus consultores;
- e) Dispor de espaço físico para reuniões da equipe em Campo Largo/PR;
- f) Dispor dos serviços complementares como digitação, digitalização, cópias e encadernação;
- g) Utilizar todos os recursos técnicos disponíveis no mercado, com mão de obra qualificada aliada a equipamentos de medição (analisadores de energia) de alta tecnologia, com certificado de calibração e regulamentados pelas Normas Internacionais e da ABNT.

A COCEL designará um responsável técnico para acompanhar todos os trabalhos, permitirá acesso livre para a realização dos serviços, fornecerá toda documentação exigida para submeter o projeto à ANEEL e toda documentação técnica dos equipamentos instalados na rede elétrica.



PREÇO MÁXIMO: R\$ 49.382,00 (Quarenta e nove mil, trezentos e oitenta e dois reais).

PRAZO DE PAGAMENTO: O pagamento pelo objeto da presente licitação será realizado em 04 (quatro) parcelas, de acordo com a finalização de cada fase do projeto, na forma a seguir descrita:

- a primeira parcela será paga pela Contratante até o 5º (quinto) dia após a data de entrega do relatório de serviço de elaboração de diagnóstico energético, após aprovação da ANEEL;
- a segunda parcela será paga pela Contratante até o 5º (quinto) dia após a data de entrega do relatório do serviço de seleção de fornecedores e especificação para a aquisição de materiais a serem utilizados na execução do projeto;
- a terceira parcela será paga pela Contratante até o 5º (quinto) dia após a data de entrega do relatório do serviço de medição e fiscalização e treinamento; e
- a quarta e última parcela será paga pela Contratante até o 5º (quinto) dia após a data de entrega do Relatório final.

Obs.: Os pagamentos somente serão efetivados após a apresentação na sede da COCEL da Nota Fiscal Fatura emitida pela Contratada

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.

.....(Empresa)....., CNPJ nº, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades legais, para fins de participação no **PREGÃO PRESENCIAL COCEL nº 008/2017**, que:

- Cumpre plenamente os requisitos de habilitação, previsto no inciso VII do artigo 4º, da Lei nº 10.520/02;
- Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade do cumprimento do objeto;
- Aceita participar do Presente Pregão, nas condições estipuladas neste Edital e, caso vencedor, assume integralmente a responsabilidade pelo fornecimento do seu objeto;
- Não se encontra inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública;
- Cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos nesta licitação e inexistente fato impeditivo para tal.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de 20____.

(assinatura do proponente)

Obs.: Esta declaração deverá ser apresentada juntamente com a Procuração (Anexo IV deste edital).

ANEXO III

**DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO
INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

.....(Empresa)....., CNPJ n.º, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades legais, para fins de participação no **PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 008/2017**, na forma e sob as penas impostas pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

OBSERVAÇÃO: **Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?** **SIM () NÃO ()**

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de 20____.

(assinatura do proponente)

ANEXO IV

PROCURAÇÃO

(Empresa) com sede (endereço), (CNJP), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is), ao final assinado(s), nomeia e constitui seu bastante procurador, (nome), (qualificação), (RG), (CPF), (residência), ao qual outorga(m) poderes específicos para representar a outorgante no **PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 008/2017**, em especial para formular lances, manifestar intenção de interpor recursos ou declinar do direito de fazer uso do mesmo, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao referido PREGÃO, podendo ainda requerer, impugnar, desistir, assinar qualquer tipo de documento ou instrumento, que for necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

Local, dia/mês/ano.

(Assinatura)

(nome e cargo do representante legal)

A procuração acima deverá ser apresentada em separado dos envelopes, diretamente ao(a) Pregoeiro(a) acompanhada de documento de Identificação, pelo representante designado pela proponente para a participação no referido certame.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - MODELO

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa está inscrita como **MICROEMPRESA E OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, não estando incurso em nenhuma condição de que impeça de usufruir dos benefícios da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, para licitar ou contratar com a Administração Pública.

....., de de

.....
(Assinatura do representante legal da empresa)

Obs.: Esta declaração somente deverá ser apresentada junto com a credencial, se a empresa estiver registrada como microempresa e empresa de pequeno porte, e não tiver nenhum impeditivo de beneficiar-se da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, e quiser usufruir dos benefícios desta lei.



ANEXO VI

PROPOSTA

À

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 008/2017

Prezados Senhores:

Tem a presente a finalidade de apresentar à V. Sas., a nossa proposta para a prestação de serviço de diagnóstico energético, especificação de equipamentos, medição & verificação e treinamento, a ser executado conforme informações fornecidas do Projeto de Eficiência Energética para a COCEL - Companhia Campolarguense de Energia, de acordo com as quantidades e características constantes do Anexo I do Edital de **Pregão Presencial COCEL n.º 008/2017:**

1. que o prazo de validade da Proposta, contado a partir da data de sua apresentação, é de 60 (sessenta) dias;
2. que o local da prestação de serviços é na Rua Rui Barbosa, n.º 520 - Sede da COCEL;
3. que o prazo final para a prestação dos serviços é 31/01/2018;
4. que o pagamento pelo objeto da presente licitação será realizado em 04 (quatro) parcelas, conforme valores apresentados no item 6, até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação na sede da COCEL da Nota Fiscal Fatura emitida pela Contratada;
5. que concordamos em firmar o contrato para prestação de serviço do objeto relacionado neste pregão, pelo preço apresentado através dos lances, pelo nosso representante credenciado;



6. que o preço total ofertado para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de diagnóstico energético, especificação de equipamentos, medição & verificação e treinamento, a ser executado conforme informações fornecidas do Projeto de Eficiência Energética para a COCEL - Companhia Campolarguense de Energia é de R\$ (.....), assim composto:
- a) R\$ relativo à elaboração de diagnóstico energético; b) R\$ relativo à prestação dos serviços de seleção de fornecedores e especificação para a aquisição de produtos; c) R\$..... relativo à prestação dos serviços de medição e fiscalização, e treinamento; e d) R\$ relativo à elaboração de relatório final;
8. declaramos que confirmaremos com nova proposta, no prazo de 03 (três) dias úteis, o LOTE que foi apresentado lances com novos preços, e julgado como vencedor do certame;
9. declaramos que, nos preços estão incluídos os custos diretos e indiretos, bem como todos os ônus como impostos, taxas e obrigações concernentes à legislação trabalhista, deslocamento, estadias, refeição e outros, sujeitos em decorrência da presente Proposta;
10. que concordamos com as demais disposições do Edital, e reconhecemos à **COCEL**, o direito de aceitar ou rejeitar todas as propostas sem que nos assista qualquer direito indenizatório.

Local e data.

Assinatura do proponente

Representante Legal da Empresa, ou procurador para tal fim anexado o respectivo instrumento.

Dados da empresa para formalização do contrato caso sejamos vencedor:

Razão Social:_____



Endereço: _____
Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____
Telefone: _____ Fax: _____
CNPJ: _____ Insc. Est.: _____

REPRESENTANTE LEGAL:

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____
CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____
CIRG N.º: _____ Expedida por: _____

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE POSSUIR PROFISSIONAL COM CERTIFICAÇÃO CMVP

.....(Empresa)....., CNPJ nº, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades legais, que, caso seja vencedora do **PREGÃO PRESENCIAL COCEL nº 008/2017**, no ato da assinatura do contrato contará em seu quadro de pessoal com, no mínimo, 01 (um) profissional com certificação CMVP (Certified Measurement and Verification Professional) emitida pela EVO (Efficiency Valuation Organization), reconhecida no mundo como comprovação de expertise em M&V, o qual será o responsável pela emissão do plano de medição e verificação e do relatório de medição e verificação.

....., de de

.....
(Assinatura do representante legal da empresa)



ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º.....

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO ENERGÉTICO, ESPECIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MEDIÇÃO & VERIFICAÇÃO E TREINAMENTO, A SER EXECUTADO CONFORME INFORMAÇÕES FORNECIDAS DO PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL** E

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, sediada na rua Rui Barbosa, 520, Campo Largo - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 75.805.895/0001-30, neste ato representada, na forma de seu estatuto social, pelo seu Diretor Presidente **JOSÉ ARLINDO LEMOS CHEMIN**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.525.127-8/PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 911.237.479-20, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Largo - Paraná ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa, adiante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será regido pelas cláusulas e condições adiante ajustadas, que as partes mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste contrato a prestação de serviço de diagnóstico energético, especificação de equipamentos, medição & verificação e treinamento, e elaboração de relatório final, conforme informações fornecidas do Projeto de Eficiência Energética para a COCEL - Companhia Campolarguense de Energia, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão Presencial n.º 008/2017, e ao seguinte:

1.1.1 Serviço de elaboração de diagnóstico energético:

A elaboração do diagnóstico de eficiência energética deverá atender o Módulo 4, seção 4.1 item 11, troca de equipamentos de uso final Iluminação Pública, cujo



objetivo é apoiar as prefeituras municipais na melhoria da eficiência energética dos sistemas de iluminação pública, seguindo orientações da COCEL e estar de acordo com a versão atual do PROPEE para encaminhamento e aprovação da ANEEL.

Deverá incluir geração de projeto em formato impresso e digital, incluindo memória de cálculo (cálculo de RCB), cronograma físico, cronograma financeiro, e demais obrigações descritas no PROPEE.

A empresa contratada ficará responsável por efetuar eventuais alterações no diagnóstico, quando requisitado pela ANEEL, devendo atender todas as determinações da Agência Reguladora, de forma a assegurar a final aprovação do projeto.

O diagnóstico deverá ser entregue em forma de relatórios, num total de 03 (três) exemplares impressos em papel A4 e em formato digital ao final de cada etapa.

1.1.2 Serviço de seleção de fornecedores e especificação para a aquisição de produtos:

Avaliação de até 05 (cinco) fornecedores para definir a melhor especificação para substituição do modelo de luminária atual, possibilitando, assim, que a COCEL providencie a aquisição do equipamento necessário para a realização do projeto de efficientização energética.

Incluir avaliação das especificações técnicas, comparativo de produtos, estudos luminotécnicos usando software específicos Dialux, etc.

1.1.3 Serviço de Medição, Fiscalização e treinamento:

Serviço de medição conforme PROPEE e PIMVP – EVO, em até 100 pontos de amostragem, dividido em 02 (duas) fases:

Ex ante: medição do sistema atual

Ex Post: medição do sistema proposto

Após a realização do serviço de medição e fiscalização, a empresa contratada deverá elaborar relatório com o resultado final da medição e fiscalização.

Treinamento em eficiência energética, com duração de 04 (quatro) horas, a ser ministrado por um engenheiro especialista em eficiência energética com a recomendação da ANEEL, para até 30 pessoas, em local a ser disponibilizado pela Cotel.

Treinamento de 02 (duas) horas antes das ações (início do projeto) e 02 (duas) horas depois das ações de eficiência energética

1.1.4 Relatório final: Deverá ser apresentado à distribuidora, após a conclusão do projeto, contendo as informações necessárias para a devida prestação de contas com a ANEEL.



O Relatório Final irá conter os seguintes arquivos:

- a. Arquivo XML de Relatório Final de Projeto;
- b. Arquivo PDF de Relatório Final de Projeto;
- c. Arquivo PDF de Medição e Verificação.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos serviços, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

2.1.1 - Edital do Pregão Presencial n.º **008/2017**, de 20 de março de 2017, e respectivos anexos;

2.1.2 - Proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA

3.1 - Constituem obrigações da **CONTRATADA** durante o período de vigência do presente contrato:

3.1.1 - Prestar os serviços previstos na Cláusula Primeira do presente contrato de acordo com as especificações e prazos previstos no Anexo I do Pregão Presencial n.º 008/2017;

3.1.2 - Responsabilizar-se pela integral prestação dos serviços dentro dos padrões de qualidade e quantidade exigidas, inclusive pelas obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor;

3.1.3 - Efetuar eventuais alterações no diagnóstico energético previsto no subitem 1.1.1 da Cláusula Primeira, quando requisitado pela ANEEL, devendo atender todas as determinações da Agência Reguladora, de forma a assegurar a final aprovação do projeto;

3.1.4 - Responsabilizar-se pelo recolhimento dos tributos, encargos sociais e trabalhistas advindos da presente contratação;

3.1.5 - Prestar esclarecimentos à **CONTRATANTE** referentes à execução dos serviços e às medidas a serem adotadas pela mesma para o perfeito aproveitamento das atividades a serem desenvolvidas pela **CONTRATADA**;

3.1.6 - Manter durante a execução deste contrato as condições exigidas para a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas – regularidade fiscal, tributária, trabalhista e previdenciária, apresentando sempre que solicitado, a respectiva documentação/certidão comprobatória.



- 3.1.7** - Organizar a logística de viagens, transporte, hospedagem e alimentação de seus consultores e prestadores de serviço;
- 3.1.8** - Dispor de espaço físico para reuniões da equipe em Campo Largo/PR;
- 3.1.9** - Dispor dos serviços complementares, tais como digitação, digitalização, cópias e encadernação;
- 3.1.10** - Utilizar todos os recursos técnicos disponíveis no mercado, com mão de obra qualificada, aliada a equipamentos de medição (analísadores de energia) de alta tecnologia, com certificado de calibração e regulamentados pelas Normas Internacionais e da ABNT;
- 3.1.11** - Contar em seu quadro de pessoal com, no mínimo, 01 (um) profissional com certificação CMVP (Certified Measurement and Verification Professional) emitida pela EVO (Eficiency Valuation Organization), profissional este que será o responsável pela emissão do plano de medição e verificação e do relatório de medição e verificação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1** - Constituem obrigações da **CONTRATANTE** durante o período de vigência do presente contrato:
 - 4.1.1** - Efetuar a **CONTRATADA** o pagamento conforme as condições estabelecidas neste Contrato;
 - 4.1.2** - Fornecer os dados e informações necessários às atividades a serem desenvolvidas pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

8.1 – O prazo para a elaboração do diagnóstico energético previsto no subitem 1.1.1 da Cláusula Primeira é de 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura do presente contrato.

Parágrafo único: O diagnóstico energético será submetido à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, constituindo obrigação da Contratada promover as alterações/complementações solicitadas por referida agência reguladora até final aprovação do projeto realizado.

8.2 - Os demais serviços previstos na cláusula primeira deste instrumento deverão ser realizados de acordo com cronograma constante do diagnóstico energético aprovado pela ANEEL, ficando estabelecido desde logo que o prazo final para a conclusão dos serviços é 31/01/2018.



CLÁUSULA QUINTA - VALOR DO CONTRATO E PAGAMENTO

5.1 - O valor total fixo e irrevogável para a execução dos serviços objeto do presente contrato é de R\$, sendo que o pagamento pelo objeto da presente licitação será realizado em 04 (quatro) parcelas, de acordo com a finalização de cada fase do projeto, na forma a seguir descrita:

5.1.1 - A primeira parcela, no valor de R\$, será paga pela Contratante até o 5º (quinto) dia após a data de entrega do relatório de serviço de elaboração de diagnóstico energético, após aprovação da ANEEL;

5.1.2 - A segunda parcela, no valor de R\$, será paga pela Contratante até o 5º (quinto) dia após a data de entrega do relatório do serviço de seleção de fornecedores e especificação para a aquisição de materiais a serem utilizados na execução do projeto;

5.1.3 - A terceira parcela, no valor de R\$....., será paga pela Contratante até o 5º (quinto) dia após a data de entrega do relatório do serviço de medição e fiscalização e treinamento; e

5.1.4 - A quarta e última parcela, no valor de R\$, será paga pela Contratante até o 5º (quinto) dia após a data de entrega do Relatório final.

5.2 - O valor retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídas no mesmo todas as despesas e custos diretos e indiretos, inclusive o custo de deslocamento, estadia e alimentação necessários para a execução dos serviços previstos na Cláusula Primeira do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento pela prestação de serviço será efetuado na sede da **CONTRATANTE**, na Rua Rui Barbosa, 520 – Campo Largo – PR, mediante nota fiscal fatura.

6.3 - Na eventual hipótese de ocorrer atraso em relação ao pagamento, além da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, incidirão também juros legais de 0,5% (meio por cento) ao mês, mais correção monetária pelo IGP-M, a serem calculados desde a data do vencimento da obrigação até a data do seu efetivo pagamento.

6.4 - Todos os encargos incidentes sobre o presente contrato ficarão a cargo do **CONTRATADA**.



CLÁUSULA SÉTIMA: PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1 – O presente contrato tem vigência de 10 (dez) meses, contados a partir da data de assinatura.

CLÁUSULA OITAVA: RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - A **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista a **CONTRATADA** qualquer direito a indenização, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

8.2 - A rescisão do contrato poderá se dar sob qualquer das formas delineadas no art. 79 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Único: Caso ocorra a rescisão do Contrato, tácita ou expressamente, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** apenas os valores dos serviços executados e aceitos até a data da rescisão, sem que haja qualquer direito à reclamação ou indenização.

CLÁUSULA NONA - RESPONSABILIDADE

9.1 - A **CONTRATADA** assume integral responsabilidade pelos danos que causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, isentando a **CONTRATANTE** de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência da prestação de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a **CONTRATANTE** aplicará, garantida a prévia defesa e sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, a **CONTRATADA**, as seguintes sanções:

10.1.1 - Advertência;

10.1.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

10.1.3 - Rescisão do presente contrato e suspensão do direito de licitar com a **CONTRATANTE**, por um período de até 02 (dois) anos.

10.2 - O valor da multa aplicada, após o regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.3 - Poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela **CONTRATADA**, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela



CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TOLERÂNCIA

11.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste contrato, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: VALOR DO CONTRATO

12.1 - As partes **CONTRATANTES** dão ao presente contrato o valor global de R\$. (), para todos os legais e jurídicos efeitos.

12.2 Os pagamentos serão efetuados pela COCEL, em reais, com recursos vinculados ao orçamento anual, vinculados às seguintes classificações contábeis:

Item orçamentário	Conta Contábil	ODS
14956	179	981171

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Não serão admitidos consórcio, associação, cessão ou transferência, fusão, cisão ou incorporação para a prestação dos serviços relativos a esta contratação.

13.2 - É vedada a subcontratação dos serviços objeto deste contrato.

13.3 - Aplicam-se a este contrato as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, que regulamenta as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GESTOR DO CONTRATO

14.1 - Para efeitos deste Contrato, a COCEL designa como gestor o Gerente do Departamento XXXXXX, Sr. XXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO

15.1 - Para dirimir eventuais litígios emergentes do presente Contrato, as partes elegem o Foro da cidade de Campo Largo – PR, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que se apresente.



E por estarem assim justos e acordados, assinam as partes, o presente Contrato em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas signatárias.

Campo Largo, de de 2017.

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL
José Arlindo Lemos Chemin – Diretor Presidente

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: